
Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Marta Abreu | Imagem: [Unicamp](#)

Desordeiras e imorais – Resenha de *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha Abreu

Rodrigo Santos Correia (UFS)

Resumo: *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha Abreu, busca compreender práticas amorosas de mulheres subalternas na Primeira República. Limita-se na abordagem racial, mas se destaca ao revelar resistências femininas, criticando normas patriarcais e articulando cultura popular e justiça.

Palavras-chave: gênero; cultura popular; justiça republicana; mulheres.

O livro *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, escrito por Martha Abreu, foi publicado pela primeira vez em 1989 pela editora Paz e Terra, com prefácio de Sidney Chalhoub. Objetiva compreender as práticas amorosas e os costumes populares de mulheres subalternizadas presentes nos processos de defloramento na região do Rio de Janeiro, desde os primeiros anos da República até a década de 1930. Nesta segunda edição, publicada pelo projeto Coleção Sebo Eletrônico em 2024 pela editora CECULT/Unicamp, e que se encontra disponível digitalmente, a prefaciadora Sueann Caufield, professora de História na Universidade de Michigan, ressalta a relevância do trabalho para a história social do Brasil no pós-abolição por apresentar o cotidiano da classe subalterna brasileira.



Martha Campos Abreu é doutora em História pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP) e professora titular do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, atuando principalmente no Programa de Pós-Graduação em História da referida instituição nas áreas de História do Brasil e Diáspora Africana nas Américas. O livro é fruto de sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e está dividido em duas partes: a primeira contém dois capítulos iniciais que promovem discussões sobre os juristas que construíram ideologias acerca do crime de defloramento e influenciaram as práticas da Justiça republicana; a segunda parte, composta pelos capítulos três, quatro e cinco, aborda a experiência do mundo dos populares e práticas consideradas “desviantes” pela justiça.

No capítulo primeiro, a autora debate as ideologias do jurista José Viveiro de Castro (Juiz do Tribunal Civil e Criminal), fundamentais para influenciar uma nova concepção sobre os crimes de defloramento. As concepções de Castro afetaram formas de tratamento das ofendidas e réus, ou seja, a justiça não deveria mais castigar apenas os delinquentes, mas suas delinquências por meio do ensinamento de novos comportamentos. Com isso, a autora associa ao contexto dos burgueses cariocas uma incessante busca pela civilização por meio de três agentes da sociedade oligárquica: médicos, fábricas e polícia. O primeiro remete às ideologias higiênicas, de limpar o comportamento humano; o segundo, ao trabalho, importante no combate ao ocioso; o terceiro, ao controle social por meio da vigilância. A partir dos 99 processos pesquisados por Abreu, é possível observar “diversos discursos dos magistrados” (p. 66), assim como estratégias dos advogados de defesa dos réus – todos homens –, a exemplo da crítica de “sair sozinha”, ou seja, as moças deveriam observar locais adequados “pré-estabelecidos” pela sociedade e quem as acompanhava.

No segundo capítulo, além de aprofundar “o grande objetivo dos médicos e reformadores urbanos europeus” (p. 134) difundido em território carioca, a autora associa os debates entre os juristas que viam o crime de defloramento como direito privado e aqueles que o defendiam como direito público, ambos favorecendo a defesa dos interesses da sociedade burguesa. É a partir deste capítulo que se torna possível perceber a influência da micro-história, que ajudou a professora a observar situações finais dos personagens, com padronizações de ações, como no caso dos casamentos entre as ofendidas e os réus para finalização da pronúncia na justiça. Ela acrescenta certas relutâncias entre magistrados em arquivar os casos, mas que se interessavam por “controlar as relações de amor” (p. 173).

No capítulo três, a professora começa a discutir a ideia de cultura popular difundida por Richard Price (1723-1791) e Sidney Mintz (1922-2015), concebida como um corpo de crenças e valores que influenciam e interferem na vida cotidiana. A partir desse conceito, a

autora aborda as chamadas “práticas de imoralidade” e “patologia social” atribuídas à responsabilidade de transmissão de valores e condutas às famílias. Por consequência, segundo ela, a parentela deveria tutelar as moças. No entanto, isso era impossível para jovens pobres que precisavam das ruas para trabalhar como quitandeiras, feirantes, domésticas, entre outras. Os juristas estavam, portanto, preocupados com a moralidade das futuras gerações. No mesmo capítulo, a autora amplia as hipóteses de Boris Fausto, contemporâneo ao seu tempo, em que as “patologias” consideradas imorais não são condição apenas de sobrevivência, mas “resultados de concepções e valores diversos (p. 229) moldados” que culminaram em uma cultura autônoma. É possível observar também influências de Michel de Certeau, em que as camadas populares não apenas estão sujeitas à dominação, mas também as reinventam conforme as normas, e de E. P. Thompson ao enxergar a cultura popular não apenas como influenciada por questões econômicas, mas também como resultado da passagem de valores entre os populares, que agem ativamente.

No quarto capítulo, a autora apresenta os personagens Maria Carolina, subalternizada de “cor”, moradora da Pequena África carioca, e o italiano Vicente, respaldando o último capítulo por meio da caracterização social dos sujeitos e do que ela denomina de “geografia dos processos” (p. 257). É possível identificar que os 99 processos utilizados na pesquisa estão voltados para as classes subalternas da sociedade, que vivem em regiões marginalizadas, migradas em grande parte pelas reformas higienistas do centro fluminense.

Por fim, no último capítulo, a autora comprova que existiam influências de ideais sobre as relações amorosas vindas da elite para a camada subalterna. Nessas relações, apresentam-se contradições visíveis nos processos analisados. Martha Abreu contesta tais processos: as mulheres ofendidas “eram muito namoradeiras” (p. 258), ao invés de prostitutas, como entendiam os advogados e jurados. Semelhante ao ritual da violência apresentado por seu contemporâneo Sidney Chalhoub, no livro *Trabalho, Lar e Botequim* (1985), a autora traz um ritual amoroso da elite modificado entre as “Meninas Perdidas”, como o flerte, no qual as mulheres pobres pulavam direto para o namoro. Para a autora, na elite a iniciativa sempre era dada pelo homem, já nas camadas populares eram as mulheres que avançavam, sendo por isso incompreendidas, consideradas desonestas e imorais.

Na leitura da obra, compreendemos as relações afetivas das mulheres subalternas, embora as normas da Justiça, os ideais de moralidade e os costumes sociais da época impusessem restrições, como expressões de pessoas ativas, portadoras de experiências vividas e de resistências às convenções dominantes. Contudo, essa construção não está isenta de limitações. Em primeiro lugar, percebe-se certa centralidade na análise de gênero em detrimento de uma abordagem mais interseccional, o que faz com que as dimensões de raça e de classe, embora mencionadas, não recebam o mesmo grau de aprofundamento. Essa ausência torna-se mais evidente ao observar que as mulheres negras aparecem marginalmente, muitas vezes como coadjuvantes ou como exemplos de subordinação extrema, sem que suas vozes ou trajetórias sejam exploradas mais amplamente.

Desde o seu lançamento, o livro recebeu críticas que, em geral, reconheceram sua contribuição inovadora para a história social e cultural, destacando a articulação entre gênero, afetividade e cotidiano popular na virada do século XIX para o XX (Almeida, 1989; Soihet, 2007). No entanto, essas estudiosas ressaltaram a lacuna na abordagem das mulheres negras e na relação entre gênero e raça, apontando que o estudo poderia avançar mais ao problematizar as hierarquias internas das próprias mulheres. A autora, no prefácio desta 2ª edição, faz uma autorreflexão sobre a falta de um aprofundamento nesse aspecto.

Mas considero que há mais pontos positivos a destacar na obra. O primeiro deles está nos questionamentos e percepções que a autora apresenta aos leitores, como a transformação

das ofendidas em acusadas; ou seja, para os “vigilantes do amor” as criminosas eram as mulheres que saíam sozinhas, não tiveram tutela da família, eram sedutoras ou algum outro motivo apontado por advogados e jurados. Percebe-se como a sociedade carioca dos anos do primeiro período republicano era patriarcal. A obra comunica-se com diversas outras fontes para compreender as nuances de uma promoção da educação higienista presente na ação judiciária, como nos modos de falar das ofendidas, das testemunhas e nos vícios do próprio escrivão.

A obra é pioneira no campo da história das mulheres do Brasil ao desconstruir estigmas socialmente criados, visões ultrapassadas e privações de gênero. Por meio de situações atuais da vida da autora, comentadas na introdução, ela volta ao passado para rever atitudes e obter respostas para situações presentes.

A obra cumpre seu objetivo inicial de compreender as práticas amorosas entre os populares no Rio de Janeiro republicano, analisando as relações afetivas a partir das tensões entre moralidade, justiça e cotidiano, além de evidenciar as vozes subalternas que emergem dos processos criminais. O livro articula com consistência a cultura popular e as normas jurídicas. Apresenta, porém, limitações na abordagem racial, dada a pouca visibilidade concedida às mulheres negras, cuja presença é percebida pontualmente. Trata-se, portanto, de uma leitura indicada para historiadores e pesquisadores interessados em temas como gênero, criminalidade, cultura popular, dominação e as múltiplas formas de sociabilidade da sociedade brasileira da *Belle Époque*.

Referências

ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: CECULT/Unicamp, Coleção Sebo Eletrônico, 2024.

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira de. Resenha de *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha de Abreu Esteves. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

SOIHET, Rachel. *Mulheres e violência: histórias e representações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>

Sumário: *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*

Prefácio à segunda edição

Prefácio à primeira edição

Introdução à segunda edição

Introdução à primeira edição

Parte I - Discursos jurídicos e controle social

1. Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: difusão de normas e marginalização de comportamentos
 1. Caminhos de controle
 2. Comportamento honesto
 3. O mito de sair só: como sair dessa?

4. Formas de amar e corpos higiênicos
5. Famílias desordeiras e meio viciado
6. Finalmente os homens em julgamento
2. Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: intervenção direta e “civilização”
 1. Público e privado: controvérsias jurídicas e caminhos de controle
 2. As segundas intenções do direito público
 3. Elementos materiais do direito público, evidências da intervenção mais ampla
 4. Intervenção policial e direito de perdão
 5. Andando na “corda bamba”
 6. Perdas e ganhos

Parte II - Discursos populares e “descontrole social”

1. Pensando em valores familiares
2. Uma história de amor
3. Discursos e contradições cotidianas
4. Namorados perdidos
5. Relação sexual, só depois do casamento?
6. Vivendo amasiado
7. Desobedecendo aos patrões
8. Fofocas na vizinhança

Últimas Palavras

Fontes e bibliografia

Agradecimentos (Primeira edição)

Sobre a autora

Resenhista



Rodrigo Santos Correia é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e membro do Grupo Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (CNPq/UFS). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3387743068165690>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5508-852X>; e-mail: professor.histrodris@gmail.com.

Para citar esta resenha

ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas: Coleção Sebo Eletrônico, CECULT/Unicamp, 2024, 408 p.. Resenha de: CORREIA, Rodrigo. Desordeiras e imorais. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 28, p. 46-51, mar./abr., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).